

## PREFÁCIO

*Claudia Mansani Queda de Toledo<sup>1</sup>*

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por ocasião dos 50 anos de criação do programa de pós-graduação em Direito do Largo de São Francisco, edita um número especial em homenagem a esse marco histórico para as Ciências Jurídicas e para a comunidade acadêmica. Tive a honra de ser convidada para prefaciar essa edição especial da Revista, o que é um inegável privilégio por algumas razões que dispensariam enumeração: o ano de 2021 marca os 70 anos de criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e tenho o privilégio de ser a primeira professora de Direito a presidente dessa importante autarquia federal.

Em uma época na qual o papel da mulher na sociedade e nas instituições é objeto de intenso debate e, mais do que tudo, de lutas históricas por sua afirmação e pelo acesso igualitário a posições no mundo empresarial, político e jurídico, é paradoxalmente um ônus e um orgulho encontrar-me hoje na presidência da principal agência de fomento e de regulação da pós-graduação brasileira. Antes de mim, esse cargo foi ocupado pela educadora vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Suzana Gonçalves (1964-1966), na administração Humberto de Alencar Castello Branco. Ela foi a sucessora de Anísio Teixeira, o fundador do órgão. Posteriormente, a antropóloga e cientista política Eunice Ribeiro Durham (1990-1991 e 1995), professora da Universidade de São Paulo, presidiu a Capes em duas ocasiões. A primeira, na gestão Fernando Collor, e a segunda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Ambas lideraram a instituição em momentos de grande instabilidade. Na primeira gestão de Eunice Durham, a Capes havia sido extinta e ela fora nomeada, na realidade, para presidir a liquidação do órgão. Seu objetivo naquele momento foi o de reverter esse projeto e criar condições para a recriação da Capes.

Ser hoje a terceira mulher a presidir a Capes é revelador de um estado (ainda) de profundo alheamento feminino dos espaços universitários. Não me refiro à condição de discentes. Em áreas como o Direito, a presença das mulheres já supera a dos homens. Meu enfoque é voltado para a docência e, o mais importante, os postos de liderança na universidade, de modo geral, e na pós-graduação, mais especialmente. Não há dia em que eu não sinta o peso de atuar em um ambiente ainda profundamente marcado pela misoginia e pelo preconceito quanto às habilidades e competências femininas. A

---

<sup>1</sup> Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Capes

pós-graduação, nesse aspecto, ainda precisa chegar ao século XX. Essa é uma realidade muito bem apreendida no excelente artigo de Ana Elisa Liberatore Bechara, publicada nesta edição da Revista.

A pós-graduação e o Direito, eis outro importante eixo desta Revista, vivem uma história muito peculiar. Há alguns artigos neste número especial que descrevem o processo de criação da pós-graduação em Direito no Brasil, seus desenvolvimentos, sua evolução e suas crises, bem como suas conexões com o Estado de Direito e a democracia. Carlos Gilberto Carlotti Jr., José Eduardo Faria, José Reinaldo de Lima Lopes, Luiz Alberto David Araújo, Edson Fachin e Christine Oliveira Peter da Silva, Aldacy Rachid Coutinho, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Fernando Facury Scaff, Francisco Luciano Lima Rodrigues e Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, João Maurício Adeodato, Marcelo Labanca Corrêa de Araujo, Orides Mezzaroba e Emerson Maccari, Raymundo Juliano Rego Feitosa, Gustavo Santos, além de Vicente de Paulo Barreto e André Luiz Oliveira da Silva escreveram interessantes textos sobre esse eixo. Alguns dos autores foram coordenadores de Área do Direito e possuem a autoridade da experiência pessoal para analisar as diferentes facetas desses 50 anos de história da pós-graduação em Direito no país. Otavio Luiz Rodrigues Jr. escreveu um instigante relato sobre seu período (ainda inacabado) como coordenador da Área, no qual demonstra a passagem da era dos ditos renascentistas para os fordistas, chegando agora ao que se poderia chamar de “era do impacto”.

Neste número especial ainda há alguns artigos que apreciam sob um olhar interno o programa de pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo, com seus 200 docentes e uma enorme responsabilidade pela nucleação de mestrados e doutorados em todo o país, com a conseqüente povoação de todas as unidades federadas com seus egressos. São exemplos os textos de Floriano de Azevedo Marques Neto, Fábio Konder Comparato, Celso Lafer, Enrique Ricardo Lewandowski, Calixto Salomão Filho, Alberto do Amaral Jr. e Carlos Portugal Gouvêa, Fernando Dias Menezes de Almeida e Nina Ranieri, Gustavo Ferraz de Campos Monaco, Bibiana Graeff e Guilherme Assis de Almeida, Alex Alckmin Zamboni, Ariel Engel Pessa, Marco Antônio Moraes Alberto e Nevitton Vieira Souza. Antonio Carlos Hernandez contextualizou a pós-graduação na Universidade de São Paulo e suas características atuais, o que faz a interligação com esse grupo de artigos.

Ao final, a Revista reproduz a ata da reunião da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, de 10 de dezembro de 1973, na qual o professor Goffredo da Silva Telles despediu-se da presidência dessa unidade.

Os 50 anos do programa de pós-graduação em Direito do Largo de São Francisco, mais do que uma efeméride, representam alguns símbolos poderosos. O primeiro deles recai no papel das Humanidades e do Direito no sistema nacional de

pós-graduação. A continuidade por 5 décadas de um programa que é o maior do país diz muito sobre a contribuição das Humanidades para a formação de novos quadros para a universidade, a sociedade e o Estado. O segundo símbolo está na contribuição do programa para o crescimento da pós-graduação, que hoje é majoritariamente formada por instituições privadas, as quais chegaram aos mais diferentes pontos do território nacional. Essa simbiose é um dos méritos de nosso sistema.

O terceiro símbolo, talvez o mais emblemático, está no diálogo e na interlocução institucionais. A Universidade de São Paulo não vive mais em uma torre de marfim. Ela integra-se em um sistema plural, marcado por diferenças e por matizes sutis. A capacidade de se enxergar como parte de um todo é fundamental para que não apenas o programa do Direito, mas todos os que são oferecidos pela universidade, sigam firmes e relevantes nas próximas décadas. A universidade vive, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, uma gravíssima crise. Ela não é apenas orçamentária, de pessoal ou de recursos. É algo inteiramente novo e que passa pela contestação do papel da universidade em um mundo disruptivo, no qual as hierarquias (quaisquer que sejam elas) passam a dizer muito pouco à juventude e ao mercado. Não é sem razão que haja tantos jovens ocupando posições de mando e de poder no mundo corporativo. Celebrar o passado é muito importante, desde que isso não signifique um olhar para o “paraíso perdido” e a indiferença quanto ao futuro e suas implacáveis exigências.

Orgulha-me prefaciá-lo este número (tão) especial da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. O Largo de São Francisco é uma parte da formação do Brasil, que celebrará 200 anos em 2022. Mais que tudo, porém, é necessário acreditar no futuro e na capacidade de adaptação das instituições. Que venham os próximos 50 anos!